

Para a criação de 400 novos NUDECs, foi realizado o mapeamento das áreas pelo IPT, cadastramento de pessoas da comunidade e treinamento. O mapeamento foi priorizado para as áreas de risco 4 - perigo eminente (morro/encosta).

Definição de termos técnicos para a meta

Núcleos de Defesa Civil: grupos locais cuja finalidade é desenvolver um processo de orientação permanente junto à população

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de aproximar a Prefeitura do cidadão, descentralizando e modernizando a gestão, aumentando a qualidade dos espaços e serviços e reduzindo o tempo de espera no atendimento e na resposta às demandas.

Aumento do desconto médio da contratação de obras de infraestrutura (SIURB)

O desconto médio obtido na contratação de obras aumentou mais de 10 vezes em comparação com a gestão anterior, passando de 1,8% para 21,1%. Esse resultado representa uma economia de R\$ 1 bilhão.

Redução tempo médio da publicação do edital até a contratação de obras (SIURB)

Em comparação com a gestão anterior, o tempo do processo licitatório foi reduzido à metade, passando de 263 dias para 148 dias.

Adoção do Sistema Eletrônico de Informações - SEI para a tramitação interna de processos (SMG)

Com a publicação do Decreto 55.838, de 15 de janeiro de 2015, a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) foi oficializada, tornando sua utilização obrigatória para todas as secretarias e demais órgãos da administração pública municipal direta e indireta. Calcula-se que já foram economizados cerca de 300 mil reais em gastos com papel e mais de 1,8 milhões de folhas de papel, números que tendem a subir com a migração de novos tipos de processos em sua tramitação digital.

Criação da Coordenadoria de Relações do Trabalho (SMG)

Em setembro de 2013 foi criada a Assessoria de Relações de Trabalho – ART pelo decreto nº 54.317/13, posteriormente transformada em Coordenadoria de Relações do Trabalho pelo decreto 55.410/2014, responsável por manter processos de negociação permanente entre a Administração Pública Municipal e as entidades representativas dos servidores municipais.

Obrigatoriedade do Pregão Eletrônico pelo decreto 54.102/2013 (SMG)

Instituição da obrigatoriedade do uso do Pregão Eletrônico, pelo decreto 54.102/2013

Reformulação da EMASP (SMG)

Reformulação realizada pelo decreto 55.410/2014 alterou o nome, a organização interna e suas atribuições, além de vinculação técnica à Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia - FUNDATEC.

Prefeitura no Bairro (SMSP)

A ação integrada “Prefeitura no Bairro” , levou serviços voltados aos cidadãos, intervenções de zeladoria e políticas públicas para os bairros mais distantes e carentes de São Paulo, somando esforços com o governo local. Com envolvimento de todas as secretarias municipais, foram intensificados serviços como limpeza de córregos, bocas de lobo, operações Cata Bagulho e Tapa Buraco, além de podas de árvores e manutenções de praças e parques, entre outros.

Criação do Procon Municipal (SNJ)

O órgão fiscalizador desta competência é o Procon. Para contribuir com a fiscalização dos direitos dos consumidores da cidade de São Paulo, a prefeitura criou o Procon Paulistano que possui como finalidades a promoção e a implementação de ações voltadas à educação, proteção e defesa do consumidor, bem como a orientação e harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo. Desta forma as denúncias a cerca desde assunto podem ser encaminhadas e solucionadas com as especificidades necessárias pelo Procon Municipal.

Objetivo 19: Promover a participação, a transparência e o controle social na administração pública municipal

A Meta 113 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 113 - Criar o Conselho da Cidade, o Conselho Municipal de Transportes e mais 6 novos Conselhos Temáticos

Relato da Meta 113

Criados os Conselho da Cidade, Conselho Municipal de Transportes, Comitê PopRua, Conselho Municipal do Esporte, Lazer e Recreação, Conselho Municipal de Política para as Mulheres, o Conselho Municipal de Igualdade Racial, Conselho Municipal de Defesa do Consumidor e Conselho Municipal Interreligioso.

Instituição do Comitê Intersecretarial de Participação Social, pelo Decreto nº 55.352, de 23 de julho de 2014, que organiza a Política e o Sistema Municipal de Participação Social.

Assinado decreto nº 55.352 em 23 de julho de 2014, que institui o Comitê Intersecretarial de Participação Social Criados a Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo e o Comitê Intersetorial da População em Situação de Rua.

Definição de termos técnicos para a meta

Conselhos: órgão colegiado envolvendo membros da sociedade civil e do governo para apoio à gestão de políticas públicas.

A Meta 114 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 114 - Criar Conselhos Participativos nas 32 Subprefeituras

Relato da Meta 114

Criação dos conselhos participativos por meio da Lei n. 15.764/13 e regulamentados pelos Decretos nº 54.156/13, 54.360/13 e 54.457/13.

Trata-se de um organismo de caráter eminentemente público e autônomo da sociedade civil e cujo papel da Prefeitura é dar condições para seu funcionamento.

Eleição de 1.113 conselheiros - dez/2013 (posse em 25/jan/14).

Eleição de 20 conselheiros representantes de imigrantes realizada em mar/2014 (posse em 28/04/14). Decretos nº 54645/13 e 54855/14.

Definição de termos técnicos para a meta

Conselhos Participativos das Subprefeituras: são espaços institucionalizados de tomada de decisão e de controle social no que se refere às ações empreendidas pelos governos locais, seja no processo de elaboração, no processo de implantação, execução, seja no processo de avaliação e monitoramento.

A Meta 115 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 115 - Realizar 44 Conferências Municipais Temáticas

Relato da Meta 115

Foram realizadas as 44 conferências municipais temáticas previstas.

Instituído ainda Comitê Intersecretarial de Participação Social, pelo Decreto nº 55.352, de 23 de julho de 2014, que organiza a Política e o Sistema Municipal de Participação Social.

Foram 11 conferências municipais realizadas em 2013, 6 em 2014, 23 em 2015 e 4 conferências em 2016, à saber:

11 conferências realizadas em 2013: Cidade; Cultura; Meio Ambiente; Assistência Social; Saúde; Educação; Promoção da Igualdade Racial; Atenção às Drogas; Saúde, Assistência Social; e Imigrantes.

6 conferências realizadas em 2014: Conferência de Proteção e Defesa Civil; Conferência de Economia Solidária; Conferência de Saúde do Trabalhador; Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua; I Semana Municipal de Ciência, Tecnologia, I

23 conferências realizadas em 2015: Criança e Adolescente; Pessoa com Deficiência; Saúde; Segurança Alimentar e Nutricional; Idosos; Assistência Social; Juventude dos Povos de Matrizes Tradicionais Africanas; Juventude dos Povos Indígenas; Juventude dos Imigrantes; Juventude; Ruídos, Vibrações e Perturbações Sonoras; Étnico Racial e Povos Tradicionais; Mulheres Imigrantes; Mulheres Trabalhadoras e Relações do Trabalho; Lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais; Mulheres em Situação de Prostituição/Prostitutas; Mulheres Idosas; Mulheres com Deficiência; Mulheres - Juventude; Políticas para as Mulheres; II Semana Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento; Fórum de Desenvolvimento Social e Inclusivo - São Paulo Diverso; e Políticas Públicas sobre Drogas.

4 conferências realizadas em 2016: LGBTs, Regional de Direitos Humanos, Desenvolvimento Rural Sustentável e VII Conferência da Cidade.

Cada conferência pressupõe no mínimo o seguinte conjunto de ações: elaboração de edital de convocação e regulamento, realizações de pré-conferências regionais, mobilização da sociedade civil e do governo, definição de infra-estrutura, elaboração de relatoria, publicização do relatório final e eleição de delegados, que devem ter recursos garantidos para participação nas conferências estaduais e na federal (se for o caso).

Definição de termos técnicos para a meta

Conferências municipais: espaços de participação direta da sociedade civil para apresentação de proposições para formulação e acompanhamento de políticas públicas (controle social). Em geral são uma etapa prévia à realização de conferências nas esferas estadual e federal

A Meta 116 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 116 - Implantar o Gabinete Digital, como instrumento de transparência e participação social

Relato da Meta 116

Gabinete Aberto, série de diálogo virtual entre a população, secretários municipais, Primeira-dama, Vice-Prefeita e com o Prefeito, realizadas e transmitidas pelo site saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br.

O objetivo é fomentar a participação, a transparência e o controle social da administração municipal.

Processo formativo: 15 encontros realizados nas subprefeituras para a formação de 575 conselheiros participativos sobre o Governo Aberto; 2 Reuniões abertas chamadas Diálogos em Rede, com a participação de movimentos sociais; Ciclo Formativo de Governo Aberto; 3 encontros com servidores sobre Governo Aberto; Edital de Agente Formador na Cultura de Governo Aberto.

Instituído o Comitê Intersecretarial de Governo Aberto e a São Paulo Aberta pelo decreto 5.4794/2014. Instituído Grupo de Trabalho temático para discutir a regulamentação do PL 226/2014, que trata de Dados em Formato Aberto.

Ambiente virtual: Plataforma São Paulo Aberta (www.saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br) e Café Hacker sobre o Gabinete Digital realizado durante o Arena Net Mundial em Abril de 2014.

Portal na internet com as seguintes funcionalidades básicas: Agenda Colaborativa, Perguntas e Respostas da Prefeitura, Fórum de Discussão Pública via internet e interface com as redes sociais. Outras funcionalidades podem ser desenvolvidas de acordo com as necessidades detectadas.

Definição de termos técnicos para a meta

Gabinete Digital: Portal na internet que permite a participação do cidadão e interação direta com a equipe da Prefeitura.

A Meta 117 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 117 - Fortalecer os Órgãos Colegiados Municipais, dotando-os de infraestrutura e gestão adequadas para a realização das atribuições previstas em lei.

Relato da Meta 117

Realizadas as ações formativas destinadas à capacitação de 120 Conselheiros em Direitos Humanos e Participação Social com coordenação pedagógica do Instituto Paulo Freire.

Entrega à Câmara do Projeto de Lei de criação da Política Municipal de Participação Social, em 29 de julho de 2016.

Instituição do Comitê Intersecretarial de Participação Social, pelo Decreto nº 55.352, de 23 de julho de 2014, que organiza a Política e o Sistema Municipal de Participação Social.

Realizado Encontro da Rede Municipal de Direitos Humanos, para discussão do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC, voltado às entidades que trabalham com setor público e aberto a demais participantes interessados, no CCSP, no dia 15 de julho de 2016.

Diagnóstico inicial sobre a configuração dos órgãos colegiados municipais realizado no âmbito do GT de participação social.

Criado Conselho de Juventude, com eleição realizada em agosto de 2015 e realização de eleições descentralizadas do Conselho Municipal de Criança e Adolescente, em 380 pontos de votação, 2016.

Definição de termos técnicos para a meta

Órgãos Colegiados Municipais: compreendem os conselhos, comitês e comissões, que congregam cidadãos e Poder Público em representação a segmentos populacionais para construção de políticas públicas. São responsáveis por acompanhar políticas públicas pertinentes a sua temática, bem como promover a participação social, podendo ainda fazer propositura de planos de ação e a gestão de fundos.

A Meta 118 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 118 - Implementar o Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo

Relato da Meta 118

Portal do ObservaSampa criado com indicadores sobre a cidade e o Programa de Metas.

Acesse: observasampa.prefeitura.sp.gov.br

Definição de termos técnicos para a meta

Portal web com um sistema de indicadores da prefeitura e da cidade acompanhado de análises setoriais relevantes para a elaboração e avaliação de políticas públicas